

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 3.695, DE 2024

Altera a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, a fim de incluir objetivos.

Autora: Deputada MISSIONÁRIA MICHELE COLLINS

Relator: Deputado HILDO ROCHA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.695, de 2024, tem por objetivo alterar a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, a fim de atrelar esse direcionamento a objetivos específicos.

Busca-se, especificamente, “referenciar o uso do crédito para facilitar a aquisição de bens de consumo; o aumento das oportunidades de trabalho e produção de renda por meio da reativação, criação, ampliação ou modernização de negócios; propiciar capacitação e a qualificação de empreendedores e gestores de pequenos negócios; viabilizar a participação de pequenos negócios, formais e informais, em feiras de exposições e espaços congêneres, dentre outras finalidades”.



O projeto foi distribuído às Comissões de Finanças e Tributação (mérito e art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 do RICD).

A proposição está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme disposto no art. 24, inciso II, e no art. 151, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

No prazo regimental transcorrido no âmbito desta Comissão, não foram apresentadas Emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD, art. 32, inciso X, alínea “h”, e art. 53, inciso II) bem como a Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação (NI-CFT) definem que o exame de compatibilidade ou adequação se fará por meio da análise da conformidade da proposição com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual. Além disso, a Norma Interna prescreve que também nortearão a análise outras normas pertinentes à receita e despesa públicas. São consideradas como outras normas, especialmente, a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000).

O art. 1º, §1º, da Norma Interna da CFT define como compatível “a proposição que não conflite com as normas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias, da lei orçamentária anual e das demais disposições legais em vigor” e como adequada “a proposição que se adapte, se ajuste ou esteja abrangida pelo plano plurianual, pela lei de diretrizes orçamentárias e pela lei orçamentária anual”.

Da análise do projeto, observo que ele trata de matéria de caráter essencialmente normativo, não acarretando repercussão direta ou indireta na



receita ou na despesa da União. Nesses casos, aplica-se o art. 32, inciso X, alínea “h”, do Regimento Interno desta Casa, que dispõe que somente as proposições que importem aumento ou diminuição de receita ou de despesa pública estão sujeitas ao exame de compatibilidade ou adequação financeira e orçamentária. Essa me parece ser a hipótese do PL ora em exame.

Quanto ao mérito, estou convencido de que o Projeto de Lei nº 3.695, de 2024, de autoria da nobre Deputada Missionária Michele Collins, representa um avanço crucial na legislação voltada para o fomento da inclusão social e produtiva. Ao propor a inclusão de objetivos claros na Lei nº 10.735, de 2003, a proposição busca na verdade otimizar a aplicação desses recursos. É um passo fundamental para garantir que o crédito concedido atinja seu potencial máximo na promoção da dignidade e do desenvolvimento de quem mais precisa, alinhando-se perfeitamente com nossa responsabilidade social.

Com a aprovação deste PL, estaremos fortalecendo mecanismos de geração de trabalho e renda, facilitando o acesso a bens de consumo essenciais, e impulsionando a capacitação e qualificação de microempreendedores e da população de baixa renda. A proposição também visa melhorar a comercialização de produtos e serviços e garantir a participação de pequenos negócios em feiras e eventos, criando um ciclo virtuoso de crescimento e oportunidades. Trata-se, portanto, de projeto de lei que tendo a contribuir decisivamente para a redução das desigualdades e para a construção de um país mais justo e próspero para todos.

Diante do exposto, voto pela não implicação financeira ou orçamentária da matéria em aumento ou diminuição da receita e da despesa pública, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira ou orçamentária do Projeto de Lei nº 3.695, de 2024; e, no mérito, pela aprovação da proposição.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado HILDO ROCHA
Relator



2025-16941



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259553584100>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Hildo Rocha

